



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE HISTÓRIA
HISTORIOGRAFIA DA AMAZONIA.**

HISTORIOGRAFIA DA AMAZONIA.

Aílson Rocha Freire.

Belém-PA.

01/2010.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE HISTÓRIA

**O TRATADO DE MADRI E A DEMARCAÇÃO DA FRONTEIRA NA
AMAZÔNIA.**

Artigo apresentado como requisito de avaliação da disciplina de Historiografia da Amazônia ministrada pelo prof. Fernando Arthur.

Aílson Rocha Freire.

Belém-PA

01/2010.

O Tratado de Madri e a demarcação da fronteira na Amazônia

Introdução	p. 3.
1. A Ocupação do Território.	p. 4.
2. A Assinatura do Tratado de Madri.	p. 6.
3. Tentativa Demarcatória e a Assinatura de Tratado do Pardo.	p. 8.
4. Uma Breve Discussão acerca das Obras.	p. 12.

Introdução.

Este trabalho discute a tentativa de demarcação das fronteiras na Amazônia entre Portugal e a Espanha após a assinatura do tratado de Madri em 1750. Para tal empresa têm-se como base duas obras de grande relevância para o estudo do tema. A partir da leitura de ambas, é feita uma discussão e comparação relacionada às suas formas de abordagens do assunto em questão.

A primeira obra intitulada de “O Brasil na administração Pombalina” de Visconde de Carnaxide teve sua primeira publicação na década de 40 do séc. XX e é considerada uma obra rara que está disponível para consulta no Setor de Obras Raras de Biblioteca Central da UFPA. O segundo livro é de autoria de Arthur César Ferreira Reis chamado de “Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira; A Fronteira com as Colônias Espanholas” pertencente à coleção Lendo o Pará que teve sua 2ª edição publicada pela SECULT em 1993.

1. A Ocupação do Território.

De acordo com o prefácio escrito por Aloísio da Costa Chaves no livro do Arthur Reis, as disputas entre Portugal e a Espanha pelos domínios territoriais antecederam aos descobrimentos. As expedições portuguesas começaram em 1415 com a conquista de Ceuta no norte da África. A partir de meados do séc. XV, os portugueses haviam conseguido através de bulas papais o direito de reivindicar todas as terras ao sul do Cabo Borjador e da Grande Canária. Entretanto, com a chegada de Cristóvão Colombo a América em 12 de outubro de 1492, o rei D. Fernando reclamou os mesmos direitos ao papa Alexandre Borgia (também espanhol).

A Bula Pontifical concedida pelo papa em 3 de maio de 1493 aos espanhóis estabelecia um meridiano que passava a cem léguas a oeste dos Açores e do Cabo Verde. Sentindo-se prejudicado, Portugal entrou em negociação com o a Igreja e a Espanha que resultou no Tratado de Tordesilhas de 7 de junho de 1494 alterando o meridiano para 370 léguas das ilhas de Cabo Verde¹.

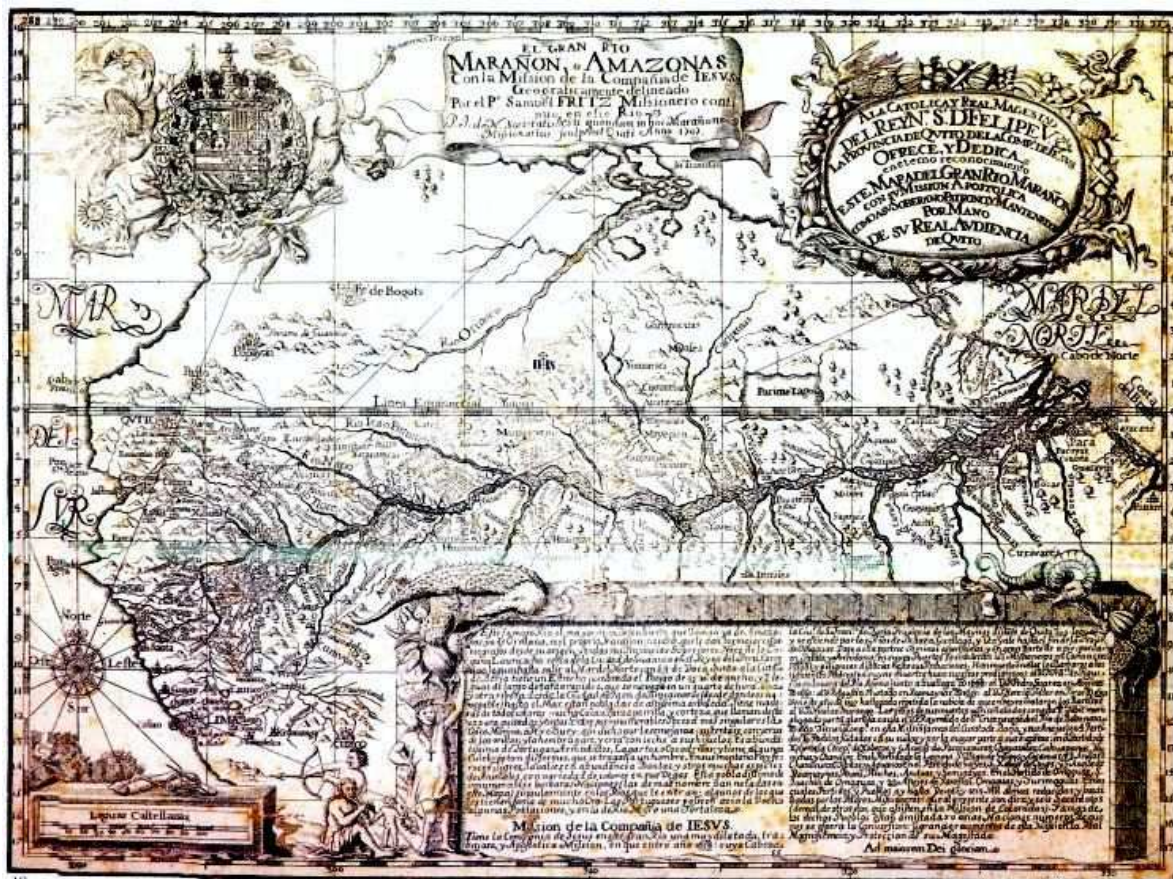
Aproximadamente duzentos anos após a chegada dos portugueses na América, a fronteira brasileira se alargara para além do tratado. No capítulo “O deslocamento da Fronteira” Arthur Reis mostra que o após a fundação do forte do presépio e a chegada ao Oiapoque os luso-brasileiros desceram o Amazonas e seus afluentes visando à defesa contra possíveis ocupações estrangeiras e a satisfação econômica de Belém e São Luiz².

Após o levantamento das fortificações militares, foi a vez dos jesuítas entrarem na Amazônia visando o “amansamento” dos indígenas. Grupos de sertanistas também percorriam os rios atrás de e produtos de valor comercial, ouro e a mão-de-obra do índio. O fato é que, segundo Reis, desde a aventura de Pedro Teixeira, que subiu o Amazonas e chegou a Quito no Perú (1637-1639), deu-se início a uma “irradiação gigantesca”, visto que, a presença portuguesa no norte e oeste além do Tratado de Tordesilhas – em certo momento, facilitada pela união das duas Coroas – foi se consolidando.

¹ REIS, Arthur César Vieira (1908-1993). **O Tratado de Madri**. In: Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira. Belém: SECULT, 1993. 2ª ed. p. 10.

² *Op. Cit.* pp. 11-24.

Em meados do século XVIII já havia pequenos povoados ao longo do Rio Solimões e do Rio Negro, no trecho dos rios Guaporé-Mamoré-Madeira. D. Antonio Rolim de Moura, governador da Capitania do Mato Grosso (fundada em 1748) começou a entrar em conflito com os jesuítas espanhóis que tinham missões na região. No sul, a colônia do Sacramento era o alvo das principais controvérsias entre os dois reinos ibéricos.



(mapa espanhol da bacia amazônica no séc. XVIII³)

O primeiro fator que demonstrou a urgência na demarcação das fronteiras consistiu na assinatura do segundo tratado de Utrecht em 9 de fevereiro de 1715 entre Portugal e Espanha, que estabeleceu a posse da colônia do Sacramento aos portugueses. Porém, esse acordo não cessou as tensões entre as Coroas, uma vez que, a Amazônia ficou de fora do tratado e a colônia do Sacramento situado na margem leste da foz do Rio Prata continuava sendo desejada pelos espanhóis.

³ Adaptado de: http://img.socioambiental.org/d/211935-1/kambeba_4.jpg, visitado em; 18/01/2010.

A região do Rio Prata era de fundamental importância para a navegação de ambos os reinos, sua ligação com o Atlântico servia de rota para o comércio com a Europa, por isso as tensões pelo controle da área eram tão intensas. Assim, No ano de 1735 D. Miguel de Salgado, Governador de Buenos Aires, desrespeitou o acordo de Utrecht e comandou um ataque militar contra os luso-brasileiros que ocupavam a região do Prata⁴.

Para Arthur Reis, outro ponto que tornou o domínio do Sacramento uma inquietação aos espanhóis, foi a expansão marítima dos ingleses. Havia o temor de uma possível presença da Inglaterra na região do Rio da Prata com a com a facilitação dos luso-brasileiros, pois, os reinos português e inglês mantinham relações comerciais. Entre 1739 e 1741 a Espanha entrou em guerra contra os britânicos aumentando ainda mais os receios de uma ataque as colônias hispânicas através do Prata⁵.



(O Tratado de Madri: mapa do continente da colônia do Sacramento e Rio Grande de São Pedro até a ilha de Santa Catarina⁶).

Na Amazônia a principal preocupação dos portugueses estava relacionada ao ouro encontrado no Mato Grosso e a ligação do Atlântico através do Rio Madeira.

Com todos esses conflitos, era mais que necessário a criação de um acordo que minasse os litígios entre as Coroas Ibéricas. Segundo Reis, foi Portugal que tomou a

⁴ Idem p.42.

⁵ Idem, ibidem. p. 53.

⁶ Adaptado de:<http://www.marcillio.com/rio/historia/hise18fr.jpg>. visitado em: 18/01/2010.

iniciativa de resolver a questão das fronteiras⁷, onde seu principal defensor fora Alexandre Gusmão.

Alexandre Gusmão era uma espécie de “*Ministro sem pasta*”, trabalhava com os negócios relacionados com Roma e outros os outros países europeus. Sua posição perante o Rei D. João V lhe permitia receber informações sobre tudo o que se passava no Brasil e, graças a esse conhecimento, Gusmão pôde defender a demarcação das fronteiras com argumentos precisos a favor dos luso-brasileiros.

De acordo com Reis, inicialmente a Coroa espanhola se mostrou contrária às negociações das fronteiras com Portugal. A discussão passou a fluir mais amistosamente após a o estreitamento dos laços familiares entre as Coroas Ibéricas com a ascensão do Rei Fernando VI, casado com D. Maria Bárbara que “nasceu princesa em Portugal”⁸, e mais tarde, do príncipe D. José casado com a infanta espanhola D. Maria Ana Vitória.

Sob a concordância do Rei D. João V e de Fernando VI, as negociações em torno da demarcação das fronteiras ocorreram em segredo entre D. Tomaz da Silva Teles, Visconde de Vila Nova de Cerveira - sob a orientação de Alexandre Gusmão - do lado português e, D. Joseph de Carvajal y Lancaster da Espanha até o dia 13 de janeiro de 1750 quando foi firmado em Madri o “*Tratado de limites das conquistas entre os muito altos e poderosos senhores Don João V. Rey de Portugal e D. Fernando VI, rey de Espanha*”⁹.

2. A Assinatura do Tratado de Madri.

Na abordagem de Arthur Reis, o Tratado de Madri foi resultado do esforço de Portugal e Espanha para por fim as animosidades causadas pelo domínio dos territórios na América. Para Visconde de Carnaxide, foram questões econômicas que motivaram não só a assinatura do tratado, mas, todas as ações comandadas por D. José e seu ministro Sebastião José de Carvalho e Melo.

Ainda segundo Carnaxide, Portugal gastava muito dinheiro para manter tropas na região do Sacramento, por isso era apenas uma questão de tempo para que a Espanha tomasse à região para si. O autor concorda que a troca dos territórios não foi favorável a

⁷Idem, ibidem..p. 47.

⁸ CARNAXIDE; Antonio de Souza Pedroso Visconde de (1903-1961). **As Grandes Despesas**. In: O Brasil na Administração Pombalina; Economia e Política Externa. São Paulo: Ed. Nacional; [Brasília]: INL; 1979 (Brasília); v. 192). 2ª ed. p. 105.

⁹ Para ler todo o conteúdo do tratado de Madri ver em “Documentário” no livro do Arthur César V. Reis. p. 116.

Portugal, porém, “graças a visão adiantada da rainha espanhola e de Alexandre Gusmão” o acordo “não morreu no nascimento”¹⁰.

O Tratado de Madri primeiramente anulou o acordo de Utrecht e, estipulou o princípio da “*uti possidetis*”, ou seja, cada Reino ficaria dono das terras que já ocupava. Assim, o Rio Amazonas e tudo que a “Coroa de Portugal” já tinha ocupado, juntamente com distrito de Mato Grosso continuou com os luso-brasileiros. O Rio da Prata passou para o domínio espanhol, logo, Portugal teria que ceder a colônia do Sacramento trocando-a pelos Sete Povos das Missões.

Também ficou acertado que a demarcação das fronteiras priorizaria os marcos geográficos como os rios e montanhas. Os rios seriam de navegação comum caso os limites dos territórios ficassem em margens opostas. Caso o rio passasse pelas terras de domínio de uma só das Coroas, este seria de navegação exclusiva¹¹.

Após a assinatura do Tratado houve críticas dos dois lados. Segundo Carnaxide, para os espanhóis, os territórios na Amazônia pertencentes a Portugal ficavam muito próximos as minas de Potosi o que para alguns significava uma possibilidade de ataque dos luso-brasileiros. Já entre os portugueses, circulava a idéia de que a grande região amazônica não compensava economicamente a doação da colônia do Sacramento aos espanhóis¹².

Assim que o tratado de Madri foi assinado, Francisco Pedro de Mendonça Gurjão então governador do Estado do Maranhão e Grão-Pará recebeu ordens para verificar as condições de infra-estrutura para a instalação das turmas demarcadoras. Após uma reunião com os membros da Companhia de Jesus, Mendonça Gurjão concluiu que os missionários espanhóis não concordavam com o tratado, além do mais não havia recursos econômicos nem mão-de-obra para realizar tal empresa no momento¹³.

Em 31 de julho 1751 morreu o Rei D. João V e subiu ao trono D. José dispensando os serviços de Alexandre Gusmão chama para cargo dos negócios do reino Sebastião Jose de Carvalho e Melo. De acordo com Arthur Reis, essa troca de governantes atrasou a demarcação das fronteiras no Brasil. Também havia a desconfiança da parte de D. Joseph de Carvajal que Sebastião Melo não prosseguiria com o tratado.

¹⁰ . CARNAXIDE; Antonio de Souza Pedroso Visconde. *Op.cit.*

¹¹ CARNAXIDE, Antonio de Souza Pedroso Visconde de. *Op. Cit* p.106.

¹² Idem. p. 107

¹³ REIS, Arthur César Vieira. *Op. Cit.* p. 65.

No Pará, Francisco Gurjão foi substituído por Francisco Xavier Mendonça Furtado que mudou a capital de São Luís para Belém invertendo o nome do Estado para Grão-pará e Maranhão. Empossado em 24 de setembro de 1751, e, sob orientação do irmão Sebastião de Carvalho, tratou de ouvir sertanistas da região para obter conhecimento do território que viria a trabalhar¹⁴.

No dia 24 de junho de 1752 foi assinado em Aranjuez entre D. Joseph Lancaster e D. Tomaz da Silva Teles – Visconde de Vila Nova de Cerveira – o “Tratado de Limites” que estabelecia o “programa de trabalho” que seria executado pelas turmas demarcadoras.

Após a ratificação do tratado em Portugal por D. José em 5 de julho de 1752, foram nomeados como demarcadores chefes das turmas portuguesas, o próprio Mendonça Furtado para o norte e Gomes Freire de Andrada para o sul. Do lado espanhol as turmas demarcadoras ficaram sob o encargo de D. José de Iturriaga e o Marques de Valdelírios¹⁵.

Para o norte ficou sancionado que os espanhóis viriam pelo Orenoco para encontrarem os portugueses no Rio Negro. Os portugueses comprometeram-se a fornecer moradia e suprimentos durante o período em seria realizado o serviço de demarcação da fronteira. As turmas se dividiriam em três, a “primeira desceria o Rio Negro, Amazonas e subiria o Madeira, Guaporé” para estabelecer a fronteira no Mato Grosso. A segunda turma ficaria responsável pela determinação das latitudes medias entre os rios Solimões e Javari. A terceira turma seria responsável pela demarcação entre o “Maranon e o Orenoco até o fim da fronteira”¹⁶.

3. Tentativa Demarcatória e a Assinatura de Tratado do Pardo.

Da assinatura do “Tratado de Limites” até o dia em que Mendonça Furtado desceu para o Maruiá no alto Rio Negro, passaram-se dois anos. Nesse período os problemas para a realização das demarcações começaram a aparecer.

No sul, conforme o acertado, os espanhóis entregariam os Sete Povos das Missões aos portugueses, mas, havia um detalhe: os jesuítas e os índios guaranis seriam remanejados para território espanhol, entretanto quando Gomes de Andrada e o Marques

¹⁴ Idem. p. 66.

¹⁵ CARNAXIDE, Antonio de Souza Pedroso Visconde de. *Op. Cit* p. 110.

¹⁶ REIS, Arthur César Vieira. *Op. Cit.* pp. 68-69.

de Valdelírios chegaram próximos a Bagé em julho 1753 houve resistência dos indígenas e dos jesuítas que não queriam sair da região¹⁷.

Mesmo com as ordens da direção da Companhia de Jesus, de total obediência as Coroas Ibéricas sob pena de cometerem pecado mortal, os religiosos da região não concordavam com a remoção. A Companhia chegou a enviar em 1752 o padre Luís Altamarino para fiscalizar a execução do tratado¹⁸.

Em 1756, Portugal e Espanha se uniram para lutar contra os índios guaranis, mas, depois de um gasto de 26 milhões de cruzados – dos portugueses – entre 1757 e 1758, Lisboa e Madri chegaram a conclusão de que o Tratado não seria viável sem o apoio dos jesuítas¹⁹.

Em Belém, conforme Reis mostra, Mendonça Furtado estava ciente dos acontecimentos nos Sete Povos das Missões. Suas correspondências com Sebastião José revelam suas preocupações com a dificuldade do trabalho a ser realizado, pois, além das dificuldades geográficas, os espanhóis poderiam aproveitar os descuidos e tomar territórios que não lhes pertenciam.

O encontro entre as comissões de demarcação estava marcado para acontecer na aldeia se Maruiá fundadas pelos Carmelitas no Rio Negro. Na capital Mendonça Furtado reuniu com Frei José de Madalena, responsável pelos trabalhos dos Carmelitas no Vale do Rio Negro, e lhe ordenou que preparasse o local com suprimentos para a estada das comissões. Em 1753, Diogo de Mendonça Secretário do Estado enviou cartas as seis ordens religiosas que trabalhavam na Amazônia para que cooperassem com os trabalhos das Comissões Demarcadoras enviando mão-de-obra e alimentos²⁰.

Apesar das ordens dadas por Capitão-General, em fins de 1753 e início de 1754 começam a chegar notícias de os trabalhos em Maruiá não estavam acontecendo no ritmo desejado. O número de deserções era grande. Para solucionar os problemas, Furtado manda entre janeiro e março três de seus homens pra região, porém, segundo Frei Madalena, o empreendimento agrário não fôra adiante.

Diante dessas dificuldades Francisco Xavier Mendonça Furtado parte para o Maruiá em 2 de outubro de 1754. Ele havia tentado a mesma viagem em junho, mas, acabou não ocorrendo devido a uma deserção dos índios que prepararam as embarcações. Sem dúvida,

¹⁷ CARNAXIDE, Antonio de Souza Pedroso Visconde de. *Op. Cit* p. 110.

¹⁸ *Idem*.

¹⁹ *Idem*, *ibidem*. p. 115.

²⁰ REIS, Arthur César Vieira. *Op. Cit.* pp. 73-74.

esse era o maior problema enfrentado pelo Governador, tanto que a viagem até o Maruiá demorou 88 dias²¹.

Mendonça Furtado passou 2 anos em Maruiá, durante esse tempo fundou vilas, para garantir a soberania portuguesa, e, enfrentou muitas adversidades preparando o local para a chegada dos espanhóis, o que não ocorreu. No dia 23 de maio de 1756 regressou a Belém onde tinha deixado o governo na mão do D. Frei Miguel de Bulhões. Sua intenção era de publicar a leis de liberdade dos índios e retornar para o Rio Negro, porém, Furtado encontrava-se enfermo e teve que ficar na capital até janeiro de 1757²².

Durante o período que ficou fora de Maruiá, houve duas rebeliões de colonos, e também, os próprios oficiais se desentendiam, piorando a situação, os espanhóis não davam sinais de que desceriam o Orenoco para se encontrarem com os portugueses. Diante da situação Mendonça Furtado retorna para o Rio Negro chegando a Maruiá em 24 de abril 1758.

Preocupado com o domínio luso-brasileiro na região e cumprindo uma ordem datada de 3 de março de 1755, Francisco Xavier Mendonça Furtado cria a Capitania de São José do Javari empossando Joaquim de Melo e Povoas como seu primeiro Governador. Maruiá foi elevada a condição de vila e seu nome foi trocado para Barcelos que se tornou a capital político-administrativa da capitania²³

O regresso do Governador trouxe o bom andamento as obras, porém, em agosto de 1758 Mendonça Furtado recebe ordem para ir a Lisboa. Para que o trabalho não parasse, Mendonça Furtado nomeia D. Rolim de Moura, Governador do Mato Grosso, como o novo chefe da Comissão Demarcadora. Em Belém, no dia 26 de dezembro de 1758, Furtado empossa Manoel Bernardo de Melo e Castro para no dia 7 de março de 1759 parte para Lisboa²⁴.

Foi só em outubro de 1759 de os espanhóis chegaram às cachoeiras do Rio Negro. Em Barcelos, a situação era lastimável, os prédios de madeira construídos na época de Mendonça Furtado estavam apodrecidos, os armazéns vazios também não havia armamentos. Dos vários membros da Comissão Demarcadora, apenas alguns ainda estavam disponíveis para realizar o trabalho. Avisado que deveria esperar para até se

²¹ Idem. p. 79.

²² Idem, ibidem. pp. 79-90.

²³ Idem, ibidem. p 93.

²⁴ Idem, ibidem. p 93.

organizarem as coisas do lado português, D. Joseph de Iturriaga nem sequer desceu o Rio Negro em direção a Barcelos acabou ficando em Cabruta²⁵.

Tendo em vista estes fatos não foi possível nem começar os trabalhos de demarcação das terras. Em agosto desse mesmo ano Fernando VI já havia morrido e quem subiu ao trono espanhol foi Carlos III que mantinha uma posição contrária ao Tratado de Madri.

Portugal também já gastara uma soma enorme de dinheiro desde as guerras contra os guaranis no sul. Passados mais de dez anos em que o tratado foi firmado pouca coisa mudou com relação as fronteiras na América espanhola. Assim no dia 12 de fevereiro de 1761 foi assinado na cidade do Pardo três artigos que anulavam completamente o Tratado de Madri.

4. Uma Breve Discussão acerca das Obras.

O livro do Arthur César Vieira Reis, assim como, o do Visconde de Carnaxide não responsabilizam Portugal pela invasão das fronteiras do Tordesilhas, pelo contrário culpam os espanhóis. Também ambas as obras afirmam que foi tão somente a união de Fernando VI com D. Bárbara – portuguesa – que possibilitou a concretização do Tratado de Madri. Fica implícito que os principais agentes de toda a história foram os portugueses.

Esta visão pode ser comprovada pela exaltação que Arthur Reis faz da pessoa de Alexandre Gusmão – a quem o livro é dedicado. Segundo Carnaxide foi graças “a visão adiantada” de Gusmão e da rainha espanhola que o Tratado não “morreu no nascimento”.

Carnaxide opta pelo fator econômico para explicar os fatos ocorridos. Vale lembrar que na década de 50 houve um terremoto em Lisboa que precisou de muitos recursos para se reconstruir. Não há dúvida de que a economia é um fator importante, mas não pode ser explicativo de todas as causas.

Outro ponto a se destacar é que o Visconde de Carnaxide possuía uma opinião negativa acerca do governo de Sebastião José Melo de Carvalho. Arthur Reis também chega a afirmar que se houvesse um dialogo maior entre Mendonça Furtado e os Jesuítas o andamento do trabalho de demarcação poderia ter fluído mais facilmente. Mesmo assim,

²⁵ Idem, ibidem. p. 107.

para Arthur Reis, a assinatura do Tratado do Pardo não anulou as ações feitas por Mendonça Furtado que garantiram a soberania portuguesa na Amazônia.

Por ultimo, ambas as obras mostram que as ordens religiosas presentes na América do Sul – sobretudo os jesuítas – foram responsáveis em certa medida, pelo não andamento das obras de demarcação, porém, no próprio Estado haviam “forças derrotistas” nas palavras de Arthur Reis.

Quanto a importância dessas obras para a história da Amazônia não há o que discutir estudar para se estudar a história da Amazônia tem-se que necessariamente ler esses dois autores.

BIBLIOGRAFIA.

AMAZÔNICA, Bacia da. **Mapa espanhol do séc. XVIII.** Adaptado de: http://img.socioambiental.org/d/211935-1/kambeba_4.jpg
Visitado em; 18/01/2010.

CARNAXIDE; Antonio de Souza Pedroso Visconde de (1903-1961). **As Grandes Despesas.** In: O Brasil na Administração Pombalina; Economia e Política Externa. São Paulo: Ed. Nacional; [Brasília]: INL; 1979 (Brasiliana; v. 192). 2ª ed.

MADRI, O Tratado de. **Mapa do continente da colônia do Sacramento e Rio Grande de São Pedro até a ilha de Santa Catarina.** Adaptado de: <http://www.marcellio.com/rio/historia/hise18fr.jpg>
Visitado em: 18/01/2010

REIS, Arthur César Vieira (1908-1993). **Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira.** Belém: SECULT, 1993. 2ª ed. 363 pp.